

ASS. CONSTITUINTE - GERAL

## O maior desafio = 7 JUL 1986

O debate sobre as desigualdades sociais no Brasil tem-se envolvido de uma série de preconceitos e resistências, que parecem concentrar-se e intensificar-se à medida que se aproxima o momento da elaboração do novo texto constitucional. De fato, o temor de que os futuros constituintes terminem por abalar alguns preceitos básicos da iniciativa privada tem suscitado, entre os setores conservadores, ressalvas quanto a quaisquer iniciativas de cunho social que puderem ser propostas nesse Congresso.

Importa ressaltar, entretanto, que as relações entre a ameaça de uma Constituinte com tendências estatizantes e o problema do combate à miséria e do progresso social são bastante nebulosas, para não dizer puramente ideológicas. Na verdade, o problema maior é definir qual estratégia deve ser utilizada para combater a pobreza absoluta sem que o governo ceda à tentação de recorrer ao mero assistencialismo, que não passa de um imobilismo maquiado, e sem que se acredite que apenas o mais completo controle estatal sobre a sociedade será capaz de resolver as presentes injustiças e desigualdades. Não se pretende, obviamente, negar o papel de liderança que caberá ao Estado brasileiro neste processo. Mas, salientou com agudeza o sociólogo Hélio Jaguaribe em entrevista recente, "pensar que um deles pode resolver o problema social sozinho ou que deva ser adotada uma estratégia estatizante não tem nenhum sentido".

Acima dos preconceitos doutrinários, portanto, trata-se de elaborar parâme-

tros para uma estratégia econômica de longo prazo que, combinada a uma política fiscal agressiva, crie mecanismos para a redistribuição da renda nacional. A confiança em instrumentos capazes de retirar do campo simplesmente utópico a erradicação, no país, de padrões subhumanos de vida depende de que o governo enfrente, agora, algumas questões essenciais para o saneamento da economia.

Em primeiro lugar, não há dúvidas de que a falta de um controle mais minucioso do déficit público desestimula qualquer intenção de novos investimentos pelo setor privado. A administração federal precisa, com a maior brevidade, definir onde e quanto está disposto a cortar de seus gastos, sem comprometer contudo as inversões necessárias nas áreas de infra-estrutura. É fundamental, por outro lado, que as pressões inflacionárias latentes sejam enfrentadas com determinação, pois, do contrário, em curto prazo o seu combate poderá exigir medidas contracionistas. Nada seria mais desastroso para um programa que objetive eliminar a fome e a miséria do panorama nacional.

O problema, assim, exige um tratamento prático imediato. Da capacidade de conciliar-se a dinâmica do mercado com uma atuação firme no sentido de intensificá-la, eliminando suas distorções e integrando a ela os setores hoje marginalizados, depende o sucesso do sistema de livre iniciativa no país; antes do que perder-se num debate estéril e ideológico, cabe a toda sociedade, assim como ao Congresso constituinte, o desafio de investir nessa alternativa.

FOLHA DE SAO PAULO